AUTONOMIA DO FISCO

PEC 186 e Loat nacional a caminho

CHARLES ALCANTARA

Legado sindical faz bem à sociedade

MILITÂNCIA

Auditores e fiscais dão voz ao sindicato

REVISTA DO SINDIFISCO

MAIO 2014 - EDIÇÃO ESPECIAL

Fisco cresce e aparece

Em cinco anos, o Sindifisco coleciona conquistas como a Lei Orgânica e põe o Pará na vanguarda

CHARLES ALCANTARA

"A sociedade está virando o jogo"

Fotos: Roberta Brandão

Em 2009, Charles Alcantara trocou de camisa, renunciando por um tempo que somente o futuro vai medir à política partidária umbilical como militante de primeira hora do Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual ajudou a conquistar em 2006 o governo estadual e do qual foi chefe da Casa Civil, para voltar ao time dos sindicalistas. Fez dessa opção um sacerdócio e hoje, depois de cumprir dois mandatos presidenciais no Sindicato dos Servidores do Fisco Estadual do Pará, prepara-se para passar, em junho próximo, o comando da entidade. Nos cinco anos e meio, colecionou vitórias que o credenciam a ingressar na história sindical como protagonista em valorosa equipe que legou à entidade a sua fase mais exitosa. Aos 48 anos de idade e 21 de auditor fiscal do Estado, ele aceitou o desafio de compor, desde novembro do ano passado, a diretoria da Federação Nacional do Fisco (Fenafisco). No Sindifisco, deixou a sua marca de hábil articulador político e de intransigente defensor de um Fisco cidadão. Essa bem-sucedida trajetória é contada superficialmente nesta entrevista. Nela, Alcantara diz que a luta contra a sonegação e a corrupção é perene, mas vê a Lei Orgânica arduamente conquistada como poderoso instrumento de valorização da essencialidade do Fisco, de soberania popular e de justiça fiscal que veio para consagrar a convicção de que a lei é boa para o Estado e melhor para a sociedade.

Qual o legado dos dois mandatos sindicais que se encerram em junho?

Avançamos muito desde o dia 9 de janeiro de 2009, quando assumimos a gestão do então Sinditaf. Avançamos não apenas em termos remuneratórios, mas sobretudo em reconhecimento da sociedade, porque voltamos mais o nosso olhar para a sociedade à qual servimos. Também aprendemos muito nesses anos (como diz a canção de Ivan Lins), porque, afinal de contas, não entregamos o jogo no primeiro e nem no segundo tempo. Estamos, penso, construindo uma imagem mais positiva perante a sociedade, porque mais aberta e mais sintonizada com o interesse público.

O primeiro e o segundo tempo são uma alusão aos seus dois mandatos como presidente do Sindifis-

co? Que avanços podem ser apontados nesses dois tempos do jogo?

Isso mesmo. No primeiro tempo de mandato, a conferência estadual de política salarial que deflagrou a campanha salarial de 2009; três paralisações; intensa mobilização, enfrentamento, luta; a edição da Lei Estadual nº 7394/2010, que foi o ponto de partida para a valorização remuneratória e reorganização das carreiras da administração tributária; a mudança de Sinditaf para Sindifisco. O jogo foi duro no primeiro tempo, mas o time do Fisco fez por merecer a vitória parcial. No segundo tempo, a aquisição e inauguração da sede própria do sindicato; a conquista da Lei Orgânica; a efetivação de uma remuneração digna; a instalação do Conselho Superior da Administração Tributária (Consat), precedida da eleição direta para conselheiros; e, por fim, o concurso público para auditores e fiscais. Não há como não estar feliz por tudo isso.

De 2009 para cá, os slogans do sindicato deixaram o campo intencional para virar diretrizes da administração tributária no Pará. Um dos motes de convencimento dizia que a Lei Orgânica do Fisco era boa para o Estado e melhor para a sociedade. O cidadão já é beneficiário da lei aprovada em 2011?

Diz o artigo 3º da Lei Orgânica da Administração Tributária do Estado do Pará (Loat) que o objetivo fundamental do Fisco é assegurar a arrecadação, na forma da lei, dos recursos financeiros necessários para que o Estado possa cumprir o imperativo constitucional de construir uma sociedade livre, justa, solidária, próspera e sustentável social, econômica e ambientalmente e, ainda, promover o bem-estar de todos e combater toda forma de desigualdade social e regional. O destinatário maior da Lei Orgânica, portanto, não é o servidor público e muito menos o governo, mas a sociedade como um todo e cada cidadão, que esperam e exigem que o Fisco cumpra a sua missão, porque disto resulta a receita pública. Quanto mais o Fisco é aparelhado e preparado para cumprir os seus objetivos, com lisura, transparência, respeito e isenção, mais a sociedade tem a ganhar. É por isso que instrumentos como a Lei Orgânica do Fisco são tão importantes para a sociedade.

O destinário maior da Lei Orgânica não é o servidor público nem o governo. É a sociedade.

Outra bandeira sinalizada pelo sindicato à sociedade foi o combate à sonegação e à corrupção. Houve avanços?

A luta contra a corrupção e a sonegação é permanente, eterna. Além de perene, é uma luta de toda a sociedade, fonte da qual emana o poder. A sonegação é o mais perverso crime social, seja porque é o mais deletério, seja porque é o mais cínico, seja ainda porque é o mais difícil de ser combatido em razão de uma certa legitimação e aceitação conquistada junto à sociedade, já que o sonegador não é visto exatamente como um criminoso. Colocar o sonegador na lista de criminosos perigosos é um desafio a ser superado para que sejamos, de fato, um país socialmente justo.

O sindicato sempre advogou mudança de paradigmas no serviço público para fazer valer a ideia revolucionária de que o Fisco é de Estado e não de governos. Melhorou o comportamento do próprio governo em relação a ingerências no trabalho dos fiscais?

Antes de avaliar se o governo melhorou ou não nesse aspecto, eu penso que cabe refletir se a própria categoria fiscal tem consciência de que o Fisco é de Estado e não de governos. Penso que ainda estamos longe disso, embora reconheça que avançamos. Apesar de julgar indispensável o aumento dos mecanismos legais inibidores da ingerência política no Fisco, não há como negar que em boa medida as ingerências externas são mais ou menos frequentes e intensas a depender da postura mais ou menos permissiva do agente público. Mas, para não fugir à pergunta, respondo que a ingerência é menor hoje. E isto se deve tanto à índole do atual secretário da Fazenda quanto à postura menos permissiva da categoria. Aí reside outro desafio: o de fazer com que a não ingerência política seja intrínseca ao Fisco, como parte integrante de sua cultura institucional, de modo a que dependa cada vez menos da vontade e da índole pessoal desse ou daquele gestor, desse ou daquele servidor.

No Pará, governado pelo PSDB, acusa-se o governo federal, controlado pelo PT, de drásticas quedas nos repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE). A União, é claro, nega. O que há de verdade na guerra de informações fiscais?

A União promove um violento e odioso arrocho fiscal contra Estados e municípios brasileiros, que são tratados como perdulários e irresponsáveis e, portanto, merecedores dos castigos do governo central. No caso do FPE e do FPM, por exemplo, a União vem impondo enormes perdas a Estados e municípios em razão das frequentes desonerações de IPI. Quando se diz que o Pará, em 2013, sofreu uma perda no repasse do FPE de quase meio bilhão de reais, não se quer dizer que o valor do FPE de 2013 foi menor que o repassado em 2012. O que se disse é que o valor repassado em 2013 foi quase meio bilhão de reais menor que o valor que o próprio governo federal estimou que repassaria ao Estado do Pará. E por que esse valor foi tão menor? Porque o governo federal, quando aplica a isenção de IPI (imposto que integra a base do FPE), não quer saber se Estados e municípios vão quebrar os seus orçamentos. Não esqueçamos que os orçamentos desses entes são elaborados com base na estimativa de receitas próprias e transferidas e que a estimativa de receita do FPE e do FPM (receita transferida) é fornecida pela União. É dessa diferença entre o que o governo federal estimou que repassaria e o que repassou efetivamente que decorre a brutal perda do Pará.

A trajetória de Antonio Catete o recomenda ao cargo de presidente. É um líder inconteste.

O senhor tem DNA petista, saiu do partido para salvar convicções e pactuou com o secretário da Fazenda de um governo tucano uma cooperação jamais vista em área tão estratégica como a da arrecadação de impostos para o financiamento de obras e serviços públicos. Qual o motor dessa parceria?

O interesse público. Vejo em José Tostes um homem honrado, um servidor público dedicado e qualificado, uma pessoa de palavra. Não há qualquer interesse oculto, subalterno ou ilegítimo nessa parceria, apenas identidade de propósitos. Cada um a seu modo, cada um com a sua história, cada um com as suas preferências, mas, em comum, a defesa de um Fisco de Estado, ético e cidadão. Somos parceiros nessa causa.

A eleição sem disputa do auditor Antônio Catete como seu sucessor na presidência do sindicato é o maior sintoma do acerto administrativo. Ele não estaria recebendo um cheque em branco da categoria. O que o recomenda ao cargo?

A trajetória do Catete no Fisco é o que o recomenda ao cargo de presidente do Sindifisco. O sindicato e a categoria só têm a ganhar com ele à frente e ao lado da diretoria. Catete é leal, um líder inconteste, um grande homem. As lutas da vida que nos revelam desafetos também nos revelam amigos, irmãos. Ele tornou-se esse amigo, esse irmão que a vida vivida em luta me deu de presente.

Depois de ser chefe da Casa Civil de um governo estadual, o senhor está saindo fortalecido de uma gestão sindical no Pará para se dedicar com exclusividade a uma nova missão para a qual foi eleito na Fenafisco. A política partidária e o parlamento são os próximos passos?

O caminho se faz ao caminhar, diz o poema do espanhol Antônio Machado. Apesar de estar a poucos dias do fim de minha caminhada no Sindifisco, ainda há muito a fazer até o último passo. Acabo de iniciar outra caminhada na Fenafisco, que há de ser profícua. Essa coisa de política partidária e parlamento, se acontecer um dia, há de ser por decisão e vontade coletivas, jamais por qualquer interesse pessoal, porque só uma razão coletiva justificaria tamanho sacrifício.

Um tempo de ouro para ficar na história

Recém-saído dos festejos dos 22 anos de fundação, o Sindicato dos Servidores do Fisco Estadual do Pará (Sindifisco-PA) transformou-se - num tempo relativamente curto - em uma referência nacional aos sindicatos da Federação Nacional do Fisco (Fenafisco) pela série de conquistas que alcançou de 2009 a este primeiro semestre de 2014, sob o comando dos diretores das gestões "Avançar" e "Avançar Mais", as duas presididas pelo auditor fiscal Charles Alcantara.

Alicerçado na dedicação e coragem dos pioneiros, o sindicato viveu nos últimos cinco anos e meio um tempo sem paralelo na sua história de duas décadas e aponta para o futuro como uma entidade politicamente experiente e respeitada, socialmente aceita como modelo de ética e como uma corporação vitoriosa na mais importante das suas missões, que é fazer a intransigente defesa da valorização dos auditores e fiscais de receitas do Estado do Pará.

A fórmula do sucesso sindical contém ingredientes ao alcance de qualquer um que tenha a honesta intenção de fazer do trabalho coletivo o sonho realizado para todos e para cada um. Dialogar sempre, ouvir, ponderar, contrapor-se, indignar-se, chorar, rir, ceder quando o recuo tático parece suicídio do ideal e nunca transigir na essência que motiva a batalha. Não foram raras as vezes, nesse período, que todos esses passos foram experimentados.

Sonhos de todos se concretizam com o trabalho coletivo

Foram esses os meios aplicados com risco medido para objetivos inegociáveis. Cumprida a missão, arriscamos-nos a dizer que a maior vitória nem é a inédita, histórica e moderna Lei Orgânica do Fisco que hoje auxilia a administração tributária no Pará. Nem é também a compra da bela sede própria, orgulho da categoria. Nosso maior patrimônio é invisível aos olhos, é esta cabeça erguida bem alto por saber que a sociedade paraense nos tem em tão boa conta.

Os editores

Da esquerda para a direita, em pé, Mariza Mendes, Márcia Couto, Charles Alcantara e Rosana Carvalho. Sentados, Raimundo Pegado, Luiz Otávio e Reinaldo Martins

Foto da capa: Renata Aguiar. Produção: Roberta Brandão.

ÍNDICE

NACIONAL

PEC 186 pronta para votação

Emenda propõe autonomia do Fisco, prerrogativas de função e abre caminho para a Loat

CONSAT

Gestão tributária renovada no Pará

Conselho integra auditores, fiscais e gestores da Sefa para deliberações de natureza estratégica

Roberta Brandão

CHARLES ALCANTARA

Em sintonia com o interesse público

Presidente faz balanço e avalia que a imagem da categoria melhorou

Renata Aguiar

ANTONIO CATETE

Carta estabelece compromissos

Novo presidente apresenta propostas em documento

Relato histórico em 36 páginas

Pela segunda vez em quatro anos, o Sindicato dos Servidores do Fisco Estadual do Pará oferece esta publicação aos seus associados, colaboradores e instituições paraenses e nacionais.

Antes uma prestação de contas do que um brinde, a Revista do Sindifisco faz um resumo das gestões Avançar (2009-2011) e Avançar Mais (2011-2014), com ênfase para a segunda.

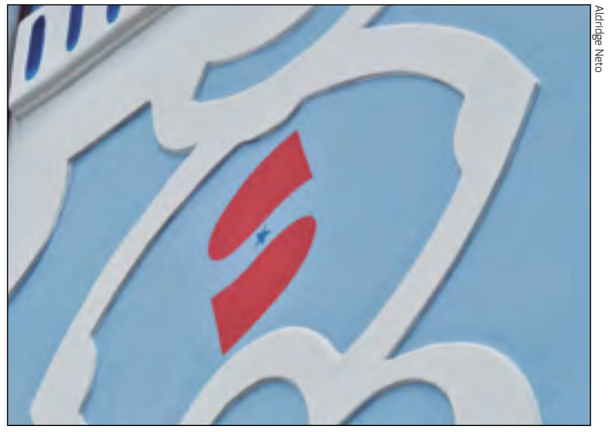
O foco editorial é o mesmo que rege as nossas articulações diárias enquanto organização sindical, ou seja, o tripé governo, sociedade e categoria.

Buscamos portanto um retrato abrangente das nossas ações nessas três frentes, na medida em que é possível fazê-lo neste veículo, a revista, cujo princípio é o resumo e o corte.

Nas páginas que se seguem, você vai observar que as relações com o governo, agora que estamos anteparados pela Loat estadual, tem avanços inegáveis. Mas certamente precisa evoluir.

Nas relações com a sociedade, buscamos o alinhamento de expectativas, valendo-nos dos instrumentos de comunicação social.
E obtivemos vitórias!

No dia a dia com o associado, uma nova sede própria, estruturada, e o intenso trabalho das nossas diretorias têm-se revelado facilitadores e profícuos. A isto soma-se a atitude proativa dos sindicalizados que emprestam imagem e voz ao Sindifisco.



Aldrige Neto

Que a sua alegria em ler e guardar esta revista seja a mesma que tivemos em produzi-la com a nossa equipe de comunicação.

Estamos certos de que a história que escrevemos juntos também se materializa e se eterniza nestas páginas, ensinando-nos pelas falhas e honrando-nos pelos méritos.

A diretoria

PEC 186 pronta para entrar em votação

Ilustração: Sergio Bastos

Fenafisco articula para que emenda constitucional que dá autonomia ao Fisco vá a plenário ainda este ano. Aprovação abrirá caminho para a Loat nacional.

A autonomia do Fisco em nível federal, estadual e municipal está cada vez mais próxima. São grandes as possibilidades de que o Congresso Nacional vote ainda em 2014 a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 186/2007, que consagrará essa mudança histórica. Uma vez aprovada, a PEC também vai abrir caminho para a edição da Lei Orgânica Nacional da Administração Tributária (Loat). Tais conquistas serão resultado de articulações intensas da categoria, no âmbito da Fenafisco, iniciadas há mais de uma década com a participação ativa do Sindifisco-Pará.

De autoria do deputado federal Décio Lima (PT-SC), com contribuições de outros parlamentares, a PEC levou seis anos em tramitação em Brasília. Somente em 2013 passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e por uma Comissão Especial do Congresso. Agora está pronta para ir a plenário. Seu texto introduz dois parágrafos ao artigo 37 da Constituição (*veja ilustração*). O parágrafo 13 estabelece a necessidade de lei complementar para regulamentar a administração tributária em todos os níveis federativos, e a criação de prerrogativas para os cargos do Fisco. Já o 14 assegura sua autonomia administrativa, financeira e funcional.

Loat Nacional

- Autonomia administrativa, financeira e orçamentária do Fisco
- Independência funcional
- Consolidação do Fisco como instituição de Estado, livre de ingerências políticas
- Prerrogativas para o exercício de função pública com independência
- Fisco de Estado ético e cidadão
- Identidade nacional para as carreiras do Fisco

Do ponto de vista do Direito Constitucional a fundamentação jurídica da PEC é perfeita. Inspira-se no mandamento da Carta Magna que atribui à administração tributária a condição de essencial para o funcionamento do Estado, uma administração que deve ser desenvolvida por servidores especializados e com recursos para se desenvolver. Porém, se a teoria já está alinhada, na prática ainda é preciso sensibilizar o Executivo, o Legislativo e a própria sociedade. Daí as intensas articulações da Fenafisco, com apoio dos sindicatos estaduais.

SENSIBILIZAÇÃO Em reunião na OAB, a importância da autonomia do Fisco em discussão

ARTICULAÇÃO Diretores do Sindifisco-Pará participam de reunião sobre a PEC em Brasília

"A luta do Fisco brasileiro hoje se orienta por essa diretriz constitucional. E nós estamos trabalhando intensamente para que essa PEC vá a plenário ainda este ano", confirma Charles Alcantara, presidente do Sindifisco-Pará e membro da comissão da Fenafisco que articula o anteprojeto da Loat. Depois será a vez da Loat. E como ela deverá ser regulamentada em até 180 dias após a aprovação da PEC, as discussões de um projeto de lei orgânica com dimensão nacional para o Fisco brasileiro também estão avançadas.

O fato é que a comissão da Loat nacional formada no âmbito da Fenafisco tem trabalhado intensamente, agregando dia a dia

Legislação do Pará é referência nacional

O Pará não é mero coadjuvante nas discussões sobre a futura Lei Orgânica Nacional da Administração Tributária (Loat). É protagonista. Além da cadeira cativa na comissão da Fenafisco que articula o anteprojeto, o Fisco paraense conta com uma avançada Loat, aprovada pela Assembleia Legislativa em 2011. Suas conquistas servem, portanto, de referência nas discussões da comissão nacional.

Outros estados que também já têm Loats próprias são o Pernambuco, o Paraná e o Rio Grande do Sul. Ceará e Mato Grosso avançam nesse processo e em breve também deverão ter as suas leis orgânicas do Fisco.

Para Charles Alcantara, a conquista do Conselho Superior da Administração Tributária (Consat) foi um dos grande avanços da lei paraense. "Embora ainda não seja o ideal, ele é avançado", observa o dirigente. Ele também destaca o sistema de mérito na ocupação de cargos comissionados, já em fase de regulamentação. Quando isso acontecer, os ocupantes de cargos comissionados em nível de direção e coordenação serão submetidos a um processo prévio de seleção, o que contribui para a profissionalização da administração tributária.

Alcantara, porém, relativiza os méritos da Loat do Pará. Diz que eles também foram resultantes das experiências de outros estados. "A nossa lei brevemente será superada. Mas isso é bom. A do Ceará provavelmente vai superar a nossa porque lá há a enorme possibilidade de o Fisco conquistar a autonomia administrativa e financeira, e isso nós não conquistamos aqui", observa.

O dirigente lembra, porém, que conquistas, avanços e recuos não são automáticos e predeterminados. Decorrem, isto sim, do processo como um todo, da correlação de forças, do amadurecimento da própria categoria e da resistência permanente da classe política em dar autonomia ao Fisco. É a história acontecendo e sendo escrita dia após a dia.

CONGRESSO Relator da PEC 186 recebe comitiva da Fenafisco

mais sindicatos filiados na discussão. "Nós entramos na discussão e na redação do anteprojeto da Loat desde o primeiro momento, um trabalho que foi intenso especialmente nos anos de 2011, 2012, 2103", relata Charles, que fez pelo menos 15 viagens a Brasília em função dessa agenda, além de participar de debates, eventos e seminários para a discussão do tema.

Nesse caminho, o Fisco pretende seguir abertamente os passos do Judiciário, que tem sua Lei Orgânica da Magistratura, e particularmente os do Ministério Público que, enquanto instituição de Estado, está amparado por uma lei orgânica própria. Afinal, lembra Alcantara, a mesma independência e isenção que se espera de um promotor e de um juiz deve ser a de um agente do Fisco para que este possa servir à sociedade e não aos governos.

Embora a agenda do Congresso Nacional esteja comprimida em ano de eleições e Copa do Mundo, o trabalho de bastidores continua sem cessar para que a PEC seja aprovada logo. Para isso, precisará dos votos de 2/3 dos deputados, em dois turnos. Há interesses, e não são pequenos, de que a proposta não prospere porque ela, claramente, diminui a interferência da classe política no Fisco. Mas, por outro lado, isto é positivo. "A autonomia das administrações tributárias aprofunda as instituições democráticas, aumenta o controle da sociedade sobre a arrecadação a possibilidade de o Fisco agir rigorosamente dentro do interesse público", finaliza o presidente do Sindifisco-Pará.

Proposta de emenda à Constituição nº 186 de 2007

Acrescenta os §13 e §14, ao art. 37 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º É acrescentado os §13 e §14 ao art. 37 da Constituição Federal, com a seguinte redação:

" § 13 – Lei complementar estabelecerá as normas gerais aplicáveis à Administração Tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dispondo inclusive sobre direitos, deveres, garantias e prerrogativas dos cargos de sua carreira específica, mencionada no inciso XXII deste artigo.

§ 14 - Às Administrações Tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios são asseguradas autonomia administrativa, financeira e funcional, e as iniciativas de suas propostas orçamentárias dentro dos limites estabelecidos na Lei de diretrizes orçamentárias."

Art. 2º. A Lei complementar referida no artigo 1° desta Emenda deverá ser apresentada no prazo de cento e oitenta dias, contados da promulgação da mesma.

Art. 3º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Concursos voltam depois de onze anos

Sindifisco-Pará trava longa batalha contra o desvio de função e Sefa reabre processos seletivos para o grupo CAT

Aliada aos problemas de infraestrutura das unidades da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) mostrados nesta edição da Revista do Sindifisco, a falta de pessoal estabeleceu uma crise sem precedentes no Fisco estadual ao longo dos anos. Desta forma, o aumento do número de auditores e fiscais – hoje são cerca de 630 – é uma bandeira permanente do Sindicato dos Servidores do Fisco do Pará.

O Fisco paraense conta com apenas 340 auditores e 290 fiscais de receitas para atender a uma área de 1,2 milhão de quilômetros quadrados e a uma população de 7,7 milhões de habitantes. Depois de onze anos e de uma longa campanha do Sindifisco, em setembro de 2013 a Sefa promoveu concurso público. Foram ofertadas 100 vagas para auditores e 100 para fiscais. Pouco mais de 150 – mais precisamente 151 – foram preenchidas, restando 49.

"Sem dúvida o chamamento desses concursados agora em 2014 minimiza o problema de pessoal, mas a gente sabe que não resolve", alerta o presidente Charles Alcantara. Sensível ao problema, o secretário José Tostes Neto já acenou com a realização de novo concurso.

Por enquanto, as nomeações de 63 auditores e 88 novos fiscais foram atrasadas por uma liminar contra o concurso, logo derrubada na Justiça. Mas os aprovados, cuja lista é conhecida desde novembro de 2013, se mostram bem articulados e unidos e têm mantido reuniões online, a partir do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Belém, acompanhadas de perto pelo Sindifisco-Pará.

"O sindicato tem sido muito receptivo, responde a todos os nossos questionamentos. Na minha opinião isso é excepcional. E nós também estamos dispostos a ajudar", afirma o futuro auditor fiscal da Sefa Rafael Caméra. Já em março, representantes do grupo tiveram reunião com o secretário de Fazenda, José Tostes Neto, e com representantes do sindicato e da Asfepa. A expectativa é que tomem posse ainda no primeiro semestre deste ano.

Fotos: Roberta Brandão

APOIO O Sindifisco marca presença nos locais de provas e acompanha de perto os candidatos inscritos

EXAMES Candidatos fazem provas, consideradas de alto nível

TOSTES Possibilidade de novo concurso

Arquivo pessoal

CAMÉRA Futuro auditor da Sefa

REUNIÂO Sefa, Sindifisco e concursados discutem as novas nomeações

Uma luta sem trégua

A realização de concurso público para ingresso nas carreiras de administração tributária está prevista na Lei Orgânica do Fisco (Loat), promulgada no final de 2011. O dispositivo constitucional coroou uma longa batalha do Sindicato dos Servidores do Fisco do Estadual do Pará (Sindifisco). Agora a luta é para que os concursos sejam uma constante. Nas gestões Avançar e Avançar Mais, o Sindifisco não deu trégua nesse combate. Veja um resumo das ações empreendidas.

2009

O Sindifisco protocola no Ministério Público Estadual (MPE) um pedido de providências contra a usurpação de função pública no Fisco estadual, ou seja, contra o desvio de função. Na representação, o sindicato argumenta que se deve eliminar essa "prática deletéria" e preservar as funções públicas a quem legalmente deve ocupá-las mediante concurso público.

2010

O Sindifisco lança uma campanha em defesa do concurso publico para a Sefa. Envia carta aberta aos candidatos ao governo, incluindo o hoje governador Simão Jatene (PSDB). Em busca do apoio da sociedade, a campanha pró-concurso também é levada à mídia.

2011

Favorável ao concurso público, o secretário de Fazenda, José Tostes Neto, abraça a causa defendida pelo sindicato.

2012

Em novembro, o governo do Estado anuncia a realização de concurso para auditor e fiscal da Sefa depois de um hiato de onze anos.

2013

Em junho, a Secretaria de Estado de Administração (Sead) solicita ao Sindifisco, em ofício, a indicação de um representante sindical para a comissão organizadora do concurso público. O presidente Charles Alcantara foi o indicado.

Em agosto, o governo do Estado lança o edital do concurso público para o preenchimento de 200 vagas do grupo CAT.

Em setembro, são realizadas as provas, consideradas de alto grau de dificuldade, em 17 locais, incluindo Altamira, Belém, Marabá, Redenção e Santarém. O Sindifisco acompanha o certame.

Em novembro, sai a lista dos aprovados. Uma liminar contra o concurso atrasa a nomeação e homologação, mas é derrubada na Justiça.

2014

Em março, representantes dos candidatos aprovados se reúnem com o secretário de Fazenda, representantes do Sindifisco e Asfepa. A posse dos concursados é aguardada ainda para o primeiro semestre.

Sindicato de casa própria

Há dois anos, o Sindifisco inaugurava sua sede, em Belém, em imóvel avaliado atualmente em mais de R$ 1 milhão

O dia 23 de março de 2012 é uma data para não ser esquecida pelos servidores do Fisco estadual. Após 20 anos pagando aluguel, os trabalhadores sindicalizados das Carreiras de Administração Tributária (CAT) incorporaram uma sede própria ao patrimônio do Sindifisco-Pará.

Adquirido por R$ 780 mil e hoje avaliado em mais de R$ 1 milhão, o imóvel localizado no bairro do Telégrafo, na região central de Belém, foi um sonho coletivo concretizado pela gestão Avançar Mais, mas antes de tudo uma decisão coletiva tomada pela categoria em assembleia.

PATRIMÔNIO imóvel de época foi reformado, preservando-se as linhas originais, e ganhou anexo desde a aquisição pelo Sindifisco

Fotos: Aldrídge Neto

Com 44 metros de fundo e 11 metros de frente, localizada na travessa José Pio, a nova sede do Sindisfisco é ao mesmo tempo moderna e histórica. Moderna porque adaptada para uso de acordo com as necessidades do sindicato. Histórica porque preservada em suas linhas originais. E, mais do que um espaço físico, um ponto de encontro, de troca de ideias, uma base de referência para as articulações da categoria.

Ainda para o primeiro sesmestre de 2014, a diretoria administrativa do Sindifisco vai finalizar as obras de adaptação em alguns setores. Por exemplo, um espaço de 75 metros quadrados foi construído, gerando novas áreas que serão úteis para as atividades.

Também estão sendo concluídos a adaptação de toaletes para portadores de necessidades especiais e de locomoção, uma cozinha nova, depósito, uma sala ampla para refeição, sala de reuniões, uma nova sala para o setor de comunicação e o espaço multiuso do sindicato.

REUNIÕES Prestes a ser inaugurado, novo anexo já é utilizado

Fotos: Roberta Brandão

Trabalhando há 20 anos no Sindifisco, a funcionária Neide Martins afirma que as diferenças do antigo prédio alugado para o atual são evidentes. "A estrutura toda melhorou. A cozinha, onde eu passo a maior parte do tempo, não tem comparação com a anterior. O espaço é bem maior, e isso facilita a organização e o trabalho, no meu caso cozinhar", observa.

NEIDE Estrutura agora é muito melhor

O espaço multiuso é a grande novidade da nova sede. Foi construído pensando no sindicalizado. Disponibilizará computadores, acesso à internet, jogos e tevê. Além disso, é adaptável. Pode se transformar em auditório para até 90 pessoas. Este espaço e a sala de reuniões podem ser utilizados pelos filiados mediante solicitação prévia e formal.

A fiscal de receitas Roberta Chiari reafirma a sede própria como uma grande vitória da categoria e vê muitas possibilidades para o espaço multiuso. "A sede própria nos dá mais segurança", resume. Sobre o espaço multiuso, ela considera prático não apenas para a realização de assembleias, mas também para seminários, cursos de capacitação e até mesmo encontro informais. "Com internet e computadores, torna-se um lugar de apoio fundamental, principalmente para os colegas que vêm do interior", afirma.

Símbolo de união e força da categoria

No princípio eram duas casas. Adaptados, os dois imóveis formaram um único prédio para abrigar o Sindifisco. A compra foi em setembro de 2011. Apenas seis meses depois a equipe do sindicato já estava trabalhando na nova sede. Tempo recorde. As linhas originais do imóvel foram preservadas, mas a ele acrescentou-se um anexo, projetado à parte e cujas obras duraram um ano.

A compra foi realizada de maneira transparente. Os contratos estão disponíveis para os servidores no portal da transparência no site do Sindifisco: uma entrada de R$ 600 mil e mais dez parcelas de R$ 18 mil. Quitada em julho de 2012, a aquisição utilizou somente a verba planejada e destinada à compra.

PEGADO Aquisição era prioridade para o Sindifisco

Foto: Renata Aguiar

Raimundo Pegado, diretor administrativo, acompanhou de perto todos os passos da obra e rememora que a gestão Avançar Mais sempre teve a aquisição de uma sede própria como meta prioritária. "Trabalhamos nesse projeto rigorosamente fazendo o uso correto dos recursos coletivos da categoria. E por isso temos a confortante sensação do dever cumprido", comemora Pegado.

Na trajetória do Sindifisco há histórias pungentes de perseverança, suor, lágrimas e sobretudo de união da categoria. A aquisição da sede própria acrescenta um capítulo importante a essa história. Uma obra essencialmente coletiva, que honra os associados que durante duas longas décadas tiveram a coragem de ousar e de realizar seus sonhos.

Condições de trabalho abaixo do necessário

Sindifisco vai a campo, constata a degradação das unidades da Sefa nos municípios do Pará e a urgência de investimentos

MARABÁ Na ponte ferroviária do município, servidora atende a caminhoneiro trabalhando em um trailer velho, desequipado e à luz de velas

Fotos: Roberta Brandão

SUL DO PARÁ Na região do rio Araguaia, os diretores do Sindifisco constataram que as condições de trabalho ainda são precárias

Na gestão que se encerra em junho de 2014, o Sindifisco-Pará acompanhou atentamente a questão das condições de trabalho dos servidores do Fisco estadual. E constatou que elas continuam precárias. Em viagens da diretoria às regiões sul-sudeste e oeste do Estado (*leia texto sobre as visitas*), observou-se que muitas unidades da Secretaria de Estado de Fazenda (Sefa) sequer tinham condições de funcionar por falta de pessoal qualificado e infraestrutura.

A situação em que se encontra a maioria das quase 40 unidades de controle de mercadorias em trânsito, administração e administração tributária da Sefa espalhadas pelo Estado – Cerats, Ceeats, Cecomts e Ueats - revela a falta de investimentos permanentes do Executivo nos últimos 30 anos. "O nosso trabalho impõe penosidade e risco, portanto necessita-se e exige-se mais e melhores condições objetivas e subjetivas de trabalho", avalia o presidente do Sindifisco-Pará, Charles Alcantara, para quem melhorar essas condições se constitui num desafio permanente de toda a categoria.

BAIXO AMAZONAS Comitiva do Sindifisco-Pará atravessa de Oriximiná para Óbidos

Em comunicado emitido em 12 de dezembro de 2013, o presidente do Sindifisco-Pará chamou a atenção para a necessidade de o Sindicato e os servidores das carreiras de administração tributária – o chamado grupo CAT - darem ao problema a devida atenção. "Não adianta (apenas) responsabilizarmos unicamente os governos e as sucessivas administrações da Sefa, embora estes sejam os maiores responsáveis. A verdade é que todos nós somos responsáveis por essa situação, inclusive os colegas que trabalham em instalações dignas, em-

bora nem tão satisfatórias", afirmou.

É bem verdade que as possibilidades de investimentos estruturais foram redimensionadas com o advento da Lei Orgânica do Fisco do Pará, em 2011. Isto porque a Loat trouxe a conquista importantíssima que é o Fundo de Investimento Permamente da Administração Tributária (Fipat), atualmente em processo de consolidação. Em 2013, já foram assegurados entre R$ 7 milhões e R$ 10 milhões para investimentos.

"Cremos que o Fipat, se implantado, vai permitir que num médio prazo não haja mais essa situação de penúria. E reconhecemos o empenho do secretario José Tostes em consolidar o fundo", acrescenta Alcantara. E, se Constituição diz que o Fisco deve ter recursos prioritários, a efetivação do Fipat nada mais será, portanto, que o cumprimento de preceito constitucional.

Principais problemas

- Falta de pessoal CAT
- Falta de equipamentos
- de informática
- Móveis sem condições
- de uso
- Construções com problemas estruturais
- Instalações sanitárias com problemas hidráulicos ou insalubres
- Falta de material de expediente

1

2

Fotos: Roberta Brandão

3

4

5

6

7

8

9

10

Visitas confirmam quadro desolador

A diretoria do Sindifisco-Pará botou o pé na estrada e foi conferir de perto as condições de trabalho nos recantos do Estado. Nas regiões sul e sudeste, a caravana rodou 2,4 mil quilômetros em cinco dias e visitou dez unidades. Constatou, nas palavras do presidente, que "o abandono nos bolsões afastados dos centros urbanos relega os servidores do Fisco a vergonhosas condições de trabalho".

PRECARIEDADE Situações como esta foram relatadas ao secretário de Fazenda, em Belém

A Uecomt Boa Vista, no município de Piçarra, por exemplo, estava em situação degradante. Com estrutura de madeira, funcionava com apenas dois servidores em regime de plantão quinzenal, o atendimento feito à janela, sem equipamentos de informática, ou seja, fora da rede da Secretaria de Estado de Fazenda (Sefa). Outras Uecomts como a de São Geraldo e a Cecomt Carajás também foram encontradas em situações parecidas.

A caravana, formada pelo presidente Charles Alcantara, pelo conselheiro fiscal Valter Leite, e pelos diretores Luiz Otávio Moraes (Comunicação) e Raimundo Pegado (Administração), surpreendeu em Marabá uma unidade fiscal à luz de velas na cabeceira da ponte ferroviária do município. A vela se explicava pela falta de energia, mas não a infraestrutura limitada a um trailer desequipado no qual os caminhoneiros eram atendidos.

No Oeste paraense, a caravana do Sindifisco se deslocou de lancha. Visitou unidades nos municípios de Óbidos, Oriximiná, Alenquer e Santarém, onde fez reunião com servidores do grupo CAT. As condições de trabalho encontradas também foram consideradas abaixo do mínimo necessário. "Levamos tudo isso ao conhecimento do secretário e pedimos inclusive o fechamento das unidades em pior estado", relata Charles Alcantara.

Instalado e ativo, Consat inova a gestão tributária

Previsto na Loat, conselho composto por auditores, fiscais e representantes da Sefa delibera sobre questões estratégicas

A instalação do Conselho Superior da Administração Tributária (Consat) do Pará foi uma das mais importantes conquistas obtidas com a aprovação da Lei Orgânica do Fisco (Loat). O Consat do Pará foi efetivado em 2013 e tem a função e o dever de deliberar sobre as questões estratégicas da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa).

O conselho, que integra a estrutura básica da gestão tributária, é um colegiado composto por auditores, fiscais e representantes da administração da secretaria. Sua primeira responsabilidade foi elaborar e aprovar um regimento interno próprio como prevê a Loat, balizando o contexto e a área de atuação do conselho. Depois o órgão consultivo deu os primeiros passos debatendo e criando dispositivos para temas como remoção, promoção e aplicação dos recursos do Fundo de Investimento Permanente da Administração Tributária (Fipat).

APURAÇÃO Telão permitiu aos servidores acompanhar a totalização em tempo real

PLEITO Aposentada e presidente eleito votam para o Consat

De 2013 até abril de 2014 o Consat fez oito reuniões. Além do regimento interno, normatizou e aprovou regras referentes à remoção de servidores e a primeira promoção de servidores do grupo CAT. Também deliberou sobre o orçamento para a aplicação dos recursos do Fipat, além de envolver-se em questões relativas à modernização da própria secretaria e fazer o acompanhamento dos projetos que estão em curso.

"O modelo de gestão de um órgão de administração tributária com uma instância colegiada estratégica como o Consat, que tem a participação e a representação dos auditores e fiscais, é um modelo inovador. Então é natural que haja um período de aprendizado na construção desse modelo, e esse aprendizado é uma oportunidade ímpar, uma experiência, sem dúvida, enriquecedora", avalia o presidente do conselho, o secretário de Fazenda José Tostes Neto.

Eleição direta e virtual

VIRTUAL Votação eletrônica foi viabilizada através do Siat da Sefa (esquerda). No Itinga (direita), servidores compareceram em massa.

A eleição dos conselheiros foi direta e virtual. Os servidores ativos votaram através do Sistema Integrado de Administração Tributária (Siat). Os inativos por processo convencional. Instalou-se uma zona eleitoral em Belém, outras onze nos municípios de Castanhal, Capanema, Abaetetuba, Santarém, Redenção, Marabá, Tucuruí, Paragominas e nas Coordenações de Mercadorias em Trânsito do Itinga, Araguaia e Gurupi. As zonas receberam e apuraram os votos dos aposentados e dos ativos sem cadastro online. O resultado final pôde ser visto por todos em um painel no auditório central da Sefa. Doze dos 24 candidatos foram eleitos. O número de votantes foi de 511 servidores.

Os fiscais de receitas estaduais (FRE) eleitos foram Mauro Lima Pontes, Humberto Barros e Rutilene Garcia, tendo como suplentes Frederico Paiva, Dayse Viana e Milson Xavier. Já os auditores fiscais (AFRE) escolhidos foram Henry Mufarrej Hage, Djalma Tadeu Pantoja e Luiz Monteiro Ribeiro. Como suplentes ficaram José Antônio Silva, Jorge Tachy e Raimundo Augusto.

A comissão eleitoral do Consat foi formada pelos servidores Samuel Nystron Teixeira Silva, Cristina Abreu e Rejaldiran Ney. Para Samuel Silva, presidir a comissão eleitoral foi cumprir com o dever de sindicalizado e integrante do grupo CAT. "Eu resolvi colaborar nessa árdua e difícil missão porque as entidades sindicais e representativas, Sindifisco e Asfepa, trabalharam muito por nós. E não custava nada eu me dedicar por essa causa relevante. Além do mais, o Consat vai ajudar a qualificar o servidor, a situação material da Sefa, as instalações. Boas decisões com certeza deverão surgir do colegiado. E, por fim, eu gostaria de elogiar o Departamento de Informática da Sefa que nos deu todo o suporte", agradece.

VOTAÇÂO Servidora deposita voto na urna em Santarém (esquerda). Apuração iniciou imediatamente (direita).

Aposentados e pensionistas são prioridade do Sindifisco

Sindicato atua junto ao Igeprev acompanhando processos de servidores em saída da ativa e defende reforma da autarquia

Nos últimos cinco anos, o Sindifisco-Pará acompanhou ainda mais de perto a situação dos 239 aposentados e pensionistas filiados ao sindicato. É uma assistência contínua e sem trégua que tem a finalidade de acelerar o desfecho dos processos no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado Pará (Igeprev), uma autarquia extremamente prejudicada pela falta de estrutura e pessoal efetivo.

A diretora de Aposentados e Pesnionistas, Mariza Mendes, e os advogados do Sindifisco vão frequentemente ao Igeprev, fundado há 14 anos. Somente em 2013 eles tiveram nove reuniões com os gestores do instituto. Em 2014, os encontros se tornaram mensais. E as colheitas dessa dura batalha já começam a aparecer. Em 2013, oito pensões foram concedidas. Em 2014, cinco processos de solicitação de pensão estão sendo acompanhados.

De acordo com Mariza Mendes, o enquadramento de aposentados e pensionistas conforme os dispositivos da Lei Orgânica do Fisco está prestes a ser finalizado. A maior parte dos filiados já está enquadrada e obteve os proventos relativos ao pagamento das parcelas retroativas.

Apenas os casos de aposentadoria e falecimento que ocorreram depois da promulgação da Emenda Constitucional 41/2013 - que trata da Reforma Previdenciária – ainda não foram corretamente enquadrados e o Igeprev está analisando cada cada caso, com o acompanhamento jurídico do sindicato.

Fotos: Roberta Brandão

PRESENÇA Aposentados e pensionistas participam de votação no auditório do Sindifisco

Renata Aguiar

MARIZA Loat referencia enquadramentos

Outro avanço que contempla aposentados e pensionistas do grupo CAT foi o parecer favorável do Igeprev no processo administrativo interno referente ao pagamento de retroativo de abono de permanência aos servidores do Estado. Conforme a análise apresentada pela consultoria jurídica do Sindifisco, o retroativo deve ser pago a partir do momento em que o servidor corresponder a todos os requisitos, e não a partir da data do requerimento como vinha sendo praticado.

Para a fiscal de receitas aposentada Dinair Augusta, mesmo com as dificuldades encontradas no caminho o suporte e o atendimento do sindicato têm dado uma grande margem de segurança para quem já encerrou a carreira. "Sou muito bem atendida. O sindicato tem resolvido todas as minhas pendências. E isso é o que eu espero como sindicalizada", afirma.

Militância pela Previdência estadual

A militância do Sindifisco pela reestruturação física e funcional do Igeprev é uma constante. Foi formalizada em 2012 com uma carta endereçada ao governador Simão Jatene, um documento aprovado durante o 4º Encontro de Aposentados e Pensionistas do Fisco Estadual do Pará. A carta cobrava um programa de capacitação e a adoção de uma política de valorização, incluindo Plano de Cargos e Salários (PCS), para os servidores do instituto. E lembrava também a necessidade de realização de concurso público para o órgão.

O texto ainda solicitava a participação de servidores das carreiras de administração tributária no Conselho Estadual de Previdência (CEP). E, por ultimo, solicitava a revogação, no Estado, da contribuição previdenciária dos aposentados. Das reivindicações apresentadas pelo sindicato, a única atendida até o momento foi a de representatividade no CEP. O novo presidente do Sindifisco, Antônio Catete, é hoje o integrante da categoria no conselho. O CEP define a política de gestão de um patrimônio de aproximadamente R$ 3 bilhões pertencente aos contribuintes do Igeprev.

Segundo Catete, a participação de um servidor CAT no conselho já gerou frutos. Devido ao voto contrário de Catete, foi evitado o envio de um projeto que aumentava em 1,3% a contribuição do participante da receita em decorrência do déficit do ano de 2012. O superávit do ano de 2013, apontou Catete, defasara o projeto. O cumprimento dos anseios da categoria também se alinha estrategicamente com os dos servidores do Igeprev, que em janeiro de 2014 fizeram uma paralisação exigindo mais estrutura e condições de trabalho. O movimento contou com o apoio do Sindifisco.

"Os trabalhadores de um órgão com a importância que o Igeprev tem e que atende a todos os servidores públicos do Estado merecem ser reconhecidos tanto na sua condição salarial como em termos de ambiente de trabalho. Além disso, o prédio do Igeprev não tem condições de receber o público com o qual trabalha, não tem acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais e de locomoção. Temos tido avanços, mas ainda há muito a ser feito. O fato é que quando nos aposentamos precisamos de reconhecimento, segurança e paz", observa Mariza Mendes.

MOBILIZAÇÃO Servidores do Igeprev apoiados pelo Sindifisco

REUNIÃO Representantes do Igeprev e Sindifisco à mesa. Encontros são permanentes.

Atendimento em qualidade e quantidade ao associado

Com equipe reforçada e prestadores de serviços, diretoria jurídica do Sindifisco se fortalece e especializa atendimento

Renata Aguiar

MÁRCIA Filiados demandam mais o sindicato

Roberta Brandão

EQUIPE Advogados dão atendimento personalizado aos filiados na sede do Sindifisco

A diretoria jurídica do Sindifisco se supera ano após ano no número e na qualidade do atendimento ao associado. Em 2012, foram acompanhados 478 casos. Em 2013, 727. Em 2014, somente até o mês de abril, cerca de 200 sindicalizados buscaram e obtiveram suporte jurídico.

Com o aumento da demanda, a expectativa é de que mais um advogado seja contratado para a equipe, composta atualmente por seis profissionais coordenados pela diretora jurídica, a fiscal de receitas Márcia Couto. O foco são as áreas cível, criminal e trabalhista.

Quando o filiado necessita de apoio em outras áreas, os advogados do sindicato dão a orientação e o encaminhamento necessários. "O aumento da demanda também reflete a qualidade do trabalho que temos feito. Nós otimizamos o atendimento com a contratação de dois funcionários e de uma assessoria jurídica através de um escritório. Criou-se, assim, uma consciência maior do apoio jurídico do Sindifisco. É gratificante ver que a maior parte dos servidores hoje recorre ao sindicato nessa área", diz Márcia Couto.

O atendimento ofertado vai além do simples acompanhamento de casos judiciais. Em seu trabalho incessante para que os direitos dos trabalhadores do Fisco sejam reconhecidos, a diretoria jurídica tem criado novos paradigmas e superado as próprias metas ano após ano, como os números mostram.

A partir de junho de 2014, o ex-diretor de Comunicação e Relações Intersindicais, Luiz Otávio Moraes, que também tem formação jurídica, passa a ser o diretor jurídico. "A ideia, como foi dito, é contratar mais um advogado, ampliar o departamento e intensificar o acompanhamento das ações, buscando sempre melhorar o atendimento ao filiado. Também percebo a importância de nos unirmos a outras categorias nas lutas por causas afins", antecipa Luiz Otávio.

ATENDIMENTOS

2012 - 478 atendimentos
2013 - 727 atendimentos
2014 - 200 atendimentos (até abril)

Fonte: Diretoria Jurídica / Sindifisco-Pará

Sindifisco em todas as mídias

MODERNIDADE Sindicato disponibiliza informações e até assembleias online

Com assessoria própria e plataforma digital completa, o sindicato quebra paradigmas no diálogo com a sociedade

Online, aberto a debates, disponível para ser seguido, curtido e compartilhado, com assembleias transmitidas em tempo real, conectado a outras redes sindicais e com aplicativo de transparência para download. Este é o perfil da plataforma digital que o Sindifisco-Pará construiu durante a gestão Avançar Mais e que é operada a partir do website *www.sindifisco-pa.org.br*

Recentemente, o sindicato passou a fazer a transmissão em tempo real (streaming) de suas assembleias, vencendo barreiras de tempo e de espaço. Os vídeos ficam disponíveis no You Tube. Também foi desenvolvido um aplicativo de celular com versões gratuitas para download em Android e IOS. Agora, com apenas um click, pode-se acessar a todas as informações do sindicato.

Renata Aguiar

KARLA Linha será mantida

Ao completar 20 anos, o sindicato mostrou ainda mais eficiência e modernidade. Lançou o documentário "Sindifisco, 20 Anos" e o clip musical "Rap do Fisco", com direção do cineasta Fernando Segtowick. Foram feitas também inserções pagas e espontâneas na mídia, realizados investimentos em equipamentos e cursos de capacitação para os profissionais da área, e consolidado o relacionamento com o associado e com a imprensa.

Renata Aguiar

SUCESSO Luiz Otávio: estratégia certa

O diretor Luiz Otávio Moraes, que comandou a diretoria de Comunicação por cinco anos, destaca a potencialização da comunicação como uma estratégia bem sucedida. "A aprovação da Lei Orgânica do Fisco foi uma vitória da comunicação também, ela proporcionou os canais para a sensibilização dos parlamentares e da comunidade", pontua.

O modelo vitorioso do Sindifisco foi reconhecido com a eleição do presidente para a diretoria de Comunicação da Fenafisco, a entidade representativa dos trabalhadores do Fisco nacional. De agora em diante, a nova diretora de Comunicação e Relações Intersindicais, Karla Trindade, pretende manter a linha de trabalho. "Acho que daqui pra frente é avançar, investir e ampliar cada vez mais a política de comunicação do Sindifisco. Vamos democratizar ainda mais a informação e alcançar cada vez mais os servidores distantes da capital", planeja.

Sindifisco, um livro aberto

Desde o primeiro semestre de 2013, o sindicato disponibiliza na internet todas as suas informações, inclusive de natureza orçamentária e financeira

O famoso ditado popular que condena espeto de pau em casa de ferreiro não se aplica ao sindicato dos auditores e fiscais de receitas do estado. Uma entidade conhecida por seus compromissos e cobranças públicas de transparência dos gestores públicos, o Sindifisco instrumentalizou-se para permitir aos associados e à sociedade saber exatamente tudo o que é feito com o dinheiro das contribuições sindicais. Defensor intransigente da Lei de Acesso à Informação que vigora no país desde 16 de maio de 2012, o sindicato lançou o seu Portal da Transparência no dia 8 de abril de 2013 para ser, em definitivo, um livro aberto à categoria.

O portal começou a ser desenvolvido em setembro de 2012 para consignar informações pormenorizadas sobre todas as despesas orçamentariamente previstas e aprovadas pelos associados. "O portal é um marco na história sindical do Pará e um patrimônio ético que a nossa gestão deixa para a entidade", festeja o diretor-financeiro Reinaldo Martins, que chefiou o projeto do software desenvolvido pelo analista de sistema Giovanni Amorim.

Renata Aguiar

MARTINS Para o diretor financeiro do Sindifisco, o portal é um marco na história sindical do Pará

Com plataforma criada para atender a metas de exigências estatutárias de acesso à aplicação das verbas orçamentárias do sindicato, e alimentado diariamente pela secretaria da entidade, o software armazena e disponibiliza informações sobre balanços, balancetes, notas fiscais, recibos e demais documentos da gestão financeira. "A nota de uma simples corrida de táxi pode ser visualizada mediante login e senha do associado", explica Martins.

O portal veio se somar ao conjunto de medidas administrativas tomadas para fazer da gestão sindical um modelo de austeridade no trato com o patrimônio coletivo. Ao lado dele, a adoção pioneira no sindicalismo paraense da elaboração do orçamento sindical é, há dois anos consecutivos, a certeza de que o dinheiro dos sindicalizados tem seu destino e aplicação verdadeiramente transparentes.

No Pará, em gesto pedagógico, o presidente do Sindifisco Charles Alcantara tornou-se o primeiro servidor público a publicar, em maio de 2012, o próprio contracheque no site do sindicato. Na época, o documento circulou e impactou as redes sociais como exemplo de cidadania.

Gestores não cumprem a lei

No Brasil não faltam leis para normatizar a conduta dos gestores públicos no sentido da transparência total dos seus atos. Bem-intencionadas, essas legislações são cumpridas? A resposta é dada pelo volume de processos administrativos e criminais que os tribunais de Justiça e as cortes de contas do país continuam recepcionando com base em denúncias de malversação dos recursos do erário.

As leis nacionais de transparência ganharam impulso em 2009 com a aprovação da Lei Capiberibe (Lei Complementar 131), que aprimorou a legislação existente com normas mais rígidas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal. Prevê o acesso, em tempo real, a informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeiras da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Você, cidadão, recebe as informações de que trata a lei?

Batizada de Lei da Transparência, a Lei 12.527, sancionada pelo governo federal em 18 de novembro de 2011, ampliou as obrigações do poder público com a total transparência na gestão para fiscalização popular. É ela que obriga os entes públicos a manterem atualizados portais de controle externo da sociedade. Uma ligeira consulta a caricatos portais de governos estaduais e municipais revelará a sonegação das informações legais.

NOVA FERRAMENTA O Portal da Transparência é lançado durante assembleia do Sindifisco

Cronologia do Sindifisco-Pará entre 2009 e 2014 durante as gestões Avançar e Avançar Mais

2009

* O Sindifisco-Pará, que ainda era Sinditaf, promove a I Conferência Estadual de Política Salarial do Fisco do Pará, com a participação de 200 delegados. É discutido e elaborado o Plano de Reestruturação Salarial do Fisco Estadual.
* Devido à indiferença do governo do Estado em relação ao Plano de Reestruturação Salarial, o sindicato articula o segundo movimento paredista de sua história.
* Foram três paralisações ao longo de seis meses de campanha salarial.
* Fruto de intensa luta e mobilização, a categoria celebra um acordo salarial histórico com o governo estadual, com muitas conquistas:
(a) Melhorias na gratificação de produtividade, com a instituição da etapa de monitoramento e do *plus* da arrecadação.
(b) Inclusão dos aposentados no rateio das multas, com a criação do Fundo de Gestão da Gratificação de Produtividade Etapa de Participação nas Multas (FGPM).
(c) Unificação e renomeação dos cargos de Agente Auxiliar de Fiscalização e Agente Tributário, que passaram a se chamar Fiscais de Receitas Estaduais.
(d) Fixação de prazo para envio à Assembléia Legislativa do Projeto de Lei Orgânica do Fisco Estadual.
(e) Reconhecida a jornada de trabalho de 30 horas semanais.

HISTÓRIA Servidores do Fisco estadual comemoram aprovação da Lei Orgânica pelo Legislativo

2010

* O Sinditaf passa a se chamar Sindicato dos Servidores do Fisco Estadual (Sindifisco-Pará).
* Depois de muita articulação do Sindifisco, a Assembleia Legislativa aprova em plenário, por unanimidade, o projeto de lei do Acordo Salarial do Fisco, sancionado em seguida pelo governo do Estado.
* O Sindifisco intensifica as articulações para a implantação da Lei Orgânica do Fisco, que passa a depender de envio de projeto de lei do Poder Executivo para o Legislativo.

2011

* Em junho, a diretoria do Sindifisco (gestão 2009-2011), já reeleita, é empossada para mais um mandato (2012-2014).
* Em dezembro, é promulgada pela Assembleia Legislativa a Lei Orgânica do Fisco Estadual do Pará (Loat), ponto culminante na história da categoria e do próprio Sindifisco.

2012

* Em março, é inaugurada a nova sede do Sindifisco, no bairro do Umarizal, na região central de Belém, adquirida com recursos próprios no final de 2011.
* Em março, é lançando o documentário "Sindifisco 20 anos" e a peça de educação fiscal "Rap do Fisco", uma composição com letra de Charles Alcantara e música de MC Calibre.
* Em novembro, o Projeto de Interiorização – que visa integrar o sindicato com as unidades e servidores do Fisco do interior do Pará – é iniciado.
* Uma caravana do Sindifisco percorre 2,4 mil quilômetros no sul e sudeste do Estado, onde visitou 10 unidades da Sefa e constatou as péssimas condições de trabalho.

2013

* Em janeiro, é realizada a primeira eleição para o Consat, que tem 13 membros, dos quais seis são escolhidos, pelo voto, direto da categoria. Uma conquista da Lei Orgânica do Fisco.
* Em janeiro, o Projeto de Interiorização é retomado. Dessa vez, os sindicalistas percorrem o oeste do Pará.
* Santarém, Oriximiná, Óbidos e Alenquer foram os municípios visitados pela equipe da interiorização sindical.
* Em abril, o sindicato avança na transparência de informações com o seu associado e lança o Portal da Transparência.
* Um aplicativo disponível no site permite aos sindicalizados acessar informações sobre os gastos sindicais, em tempo real.
* Em junho, o Sindifisco-Pará torna-se uma das entidades idealizadoras da criação do Fórum Estadual das Carreiras Tributárias e do Trabalho (Fórum Fisco), que reúne auditores e fiscais do Fisco e do Trabalho nos âmbitos municipal, estadual e nacional. Foi a primeira vez que essas categorias se uniram e se manifestaram publicamente contra a sonegação e a corrupção fiscal.
* Em setembro, após 11 anos sem seleção para as carreiras do Fisco, a Sefa realiza concurso público para o preenchimento de 200 vagas de auditores e fiscais.
* Em novembro, o presidente do Sindifisco-Pará, Charles Alcantara é eleito para a diretoria de Comunicação da Fenafisco.
* Em dezembro, depois de seis anos de intensas articulações, Comissão Especial do Congresso aprova a PEC 186/2007, que propõe a autonomia e a modernização de administração tributária nacional. A proposta ainda depende de votação em plenário.

CONQUISTA Adquirida com recursos próprios, nova sede do Sindifisco-Pará é inaugurada em Belém

2014

* Em abril, a categoria vai às urnas para a escolha de nova diretoria e consagra a chapa única "Consolidando as Conquistas", encabeçada pelo auditor Antônio Catete.
* No mês de maio, o Conselho Deliberativo da Fenafisco se reúne em Belém, recepcionado pelo Sindifisco-Pará.
* Ainda em maio, é publicada a segunda edição da Revista do Sindifisco com a prestação de contas da gestão "Avançar Mais" e a cartilha em quadrinhos de educação fiscal " O Fisco é Essencial".
* Em junho, a nova diretoria encabeçada por Antônio Catete toma posse à frente do Sindifisco. A gestão "Consolidando as Conquistas" vai até junho de 2017.

Presidente eleito anuncia carta de compromissos

Consolidação dos dispositivos da Loat, valorização da categoria e serviço à sociedade compõem cláusula pétrea

Novo presidente do Sindicato dos Servidores do Fisco Estadual do Pará (Sindifisco-Pará), o auditor fiscal Antônio Catete sabe que vai enfrentar o maior desafio de sua vida. Ex-presidente da Associação dos Servidores do Fisco Estadual do Pará (Asfepa), entidade de natureza associativa e social, Catete assume o comando de um sindicato que se encorpou politicamente pela força de sua militância, o que o credenciou a dialogar de igual para igual com o governo estadual e a classe política quando os temas se relacionam às demandas corporativas e ao interesse público.

Renata Aguiar

CATETE Experiência e participação nas grandes questões credenciam o novo presidente para o cargo

Nada que o atemorize, porém. Pelo contrário. Experiente na luta em defesa dos auditores e fiscais de receitas do Estado, Catete foi, ao lado de Charles Alcantara, presidente do Sindifisco nos últimos cinco anos e meio, um dos formuladores da Lei Orgânica do Fisco, maior expressão da coleção de avanços que o sindicato reuniu de 2009 para cá. Além da expertise, o novo presidente tem a companhia de praticamente toda a diretoria que fecha o segundo mandato como o mais vitorioso grupo dirigente da história da entidade.

Poucas horas depois da Assembleia que o aclamou, na primeira quinzena de abril, Catete anunciou que sistematizará com a nova diretoria uma carta de compromissos para dizer à categoria a que veio. Segundo ele, cada diretor de área apresentará um balanço do que foi realizado e apontará desafios e caminhos a trilhar para a aprovação de um plano de metas. Consolidar os dispositivos contidos na Lei Orgânica para modernizar a administração tributária, valorizar a categoria e servir à sociedade paraense figuram como cláusulas pétreas da carta.

"O desafio é manter o muito conquistado e estar permanentemente atento às conjunturas políticas e corporativas que se apresentarão", afirma Catete, reiterando a experiência da equipe que o acompanhará no próximo triênio, com mandato até junho de 2017. Ele se declara adepto do pensamento gerencial que ensina que tão importante quanto lançar ou criar algo é manter-lhe a essência. A própria denominação da chapa - Consolidando as Conquistas - é reveladora da intenção sindical de aprimorar as diretrizes e ganhos embutidos nas conquistas históricas.

A permanência da equipe dirigente, mais do que resultado de um consenso político no sindicato, segundo revelou o novo presidente, foi um anseio da categoria confirmado pela ausência de chapa concorrente. "Seria um contrassenso eu sempre elogiar a atual diretoria e não querer que os seus integrantes me acompanhassem", disse, confessando-se privilegiado por poder contar com uma equipe que provou competência e dedicação ao sindicato.

Secretário destaca fidelidade de Catete às causas do Fisco

Prestigiada pelo secretário da Fazenda do Pará, José Tostes Neto, a assembleia de aclamação realizada no dia 10 de abril foi, por excelência, um encontro festivo. O presidente Charles Alcantara pontuou rápido discurso com observações sobre a diligência técnica, a habilidade política e a fidelidade de Antonio Catete às causas do Fisco. Enalteceu as convergências de ideias e estratégias que o tornaram um indispensável interlocutor para a tomada de decisões. O secretário cumprimentou Alcantara pela "ótima gestão" e desejou boa sorte ao presidente e diretores que assumirão o sindicato.

Roberta Brandão

ACLAMAÇÃO Catete discursa após a eleição: fidelidade às causas do Fisco

A reciprocidade ao reconhecimento de Alcantara apareceu no discurso de encerramento da assembleia de aclamação. Depois de elogiar a conduta do presidente, Catete prognosticou que dificilmente, pelo apego à causa, ele se desvinculará das lutas do sindicato. "Até porque agora poderá continuar a nos ajudar estando em Brasília na diretoria da Fenafisco", lembra o novo presidente.

A nova diretoria do Sindifisco

DIRETORIA EXECUTIVA

Titulares

Presidente
Antonio Carlos de Freitas Catete

Vice-Presidente
Márcia Cristina de Pinho Couto

Diretor Administrativo
Raimundo Nonato Santos Pegado

Diretor Financeiro
Reinaldo de Oliveira Martins

Diretor Jurídico
Luiz Otávio Costa de Moraes

Diretor de Comunicação e Relações Intersindicais
Karla Trindade Lima

Diretora de Aposentados e Pensionistas
Mariza Pinheiro Mendes

Suplentes
Hélcio Luiz Vasconcelos de Oliveira
Humberto Carlos da Costa Barros
Rivânia Raquel Mariano Porto
Rosilene de Souza Catete
Valter de Almeida Leite

CONSELHO FISCAL

Membros Titulares
Emanoel Medeiros de Miranda
José Braz Brito Ramalho
Maria do Rosário Arrais Almeida

Membros Suplentes
Gloria Celeste Chagas Marvão
Heliane Xavier Pereira Lima
Rosana Carvalho da Silva Pereira

PROATIVOS Coral Fazend'Art reúne aposentados e pensionistas

Fotos: Roberta Brandão

A cara e a voz do Sindifisco

Servidores da ativa e aposentados emprestam sua imagem e engajam-se ao sindicato, tornando-se protagonistas de sua história

A cara dos servidores pertencentes ao grupo de Carreiras da Administração Tributária (CAT) do Fisco estadual do Pará é a própria imagem do Sindicato do Fisco Estadual do Pará (Sindifisco-Pará). Não há outras. Isto porque, estampado em todas as publicações da entidade e com suas opiniões e feitos levados a público, o sindicalizado é o grande protagonista das histórias do acervo histórico do sindicato, ampliado nos últimos três anos durante a gestão Avançar Mais.

O Sindifisco dialoga com o servidor CAT muito além do ambiente de trabalho, revelando suas iniciativas e qualidades. O auditor que também é escritor, a fiscal que contribui com projetos sociais, e tantos outros que desenvolvem atividades paralelas comumente são assunto de destaque no site do sindicato. E esse compartilhamento positivo de informações entre os colaboradores não tem outro objetivo senão valorizar o trabalhador do Fisco.

Foi assim, por exemplo, quando o auditor fiscal Jair Guimarães Neto lançou o livro "Manual do ICMS". A diretoria do Sindifisco-Pará esteve presente, divulgando, cobrindo o evento e valorizando a iniciativa do colega. De acordo com Jair, esse tipo de interação entre sindicato e filiados é de extrema importância, pois cria oportunidades de diálogo e troca de experiências em diversos campos. "Essa gestão que agora se encerra marca uma era de lutas, vitórias e valorização do trabalhador CAT", congratula-se.

Outro momento de destaque registrado pelo sindicato foi à época da comemoração dos 20 anos do Sindifisco, em 2011. O auditor João Chêne e o fiscal de receitas Antônio Henriques marcaram época lançando o livro "Foi Assim", que conta a história da luta sindical dos servidores de carreira do Fisco no Estado.

As mulheres fortes e batalhadoras do Fisco também foram retratadas e valorizadas em seus vários papéis como mães, trabalhadoras, políticas e ativistas, dentre outros. Foi o que mostrou a reportagem "Mulheres do Fisco simbolizam o amor e participação política¨, lançada no Dia Internacional da Mulher (8 de março) em 2013.

O texto descreveu a história de três mulheres do Fisco: a primeira mulher a presidir o sindicato, Ana Suely; a supermãe de um filho que requer cuidados especiais, Glória Marvão; e a aposentada que aos 81 anos integra o corpo de voluntários da Associação do Voluntariado de Apoio à Oncologia (Avao), Maria Esteves. Exemplos de vida admirados e compartilhados.

Para Maria Esteves, o compartilhamento que a comunicação permite em todos os níveis é uma forma de inspirar outras pessoas a fazer o bem, o belo e o justo. "Para mim é muito importante dividir minha história porque ela pode influenciar alguém. A gente não pode olhar apenas para frente, para os nossos objetivos. Precisamos olhar também para os lados, para quem nos rodeia", reflete.

O documentário Sindifisco - 20 anos foi a peça que coroou a participação dos servidores como protagonistas das atividades do sindicato. Quinze trabalhadores deram seus depoimentos, todos os presidentes participaram, os músicos paraenses Hélio Rubens e Tadeu Pantoja – integrantes do Fisco estadual – escreveram e interpretaram o tema do documentário. O clipe musical "Rap do Fisco" também contou com a participação de servidores lotados no órgão central, Cerat Belém, aeroporto e Itinga.

CAMPANHAS Aposentados cedem sua imagem ao Sindifisco

O Encontro de Aposentados, que já tem como característica por o associado como "garoto propaganda", é outro momento importante nesse processo. Este ano o tema foi "Aposentados não da vida", com a participação de colegas fora da ativa que participam do coral Fazend'Art. José Maria dos Reis, Waldete Serrão, Nauto Justiano e Marinete Lima ainda emprestaram os rostos à campanha publicitária de apoio.

Marinete Lima comumente estampa as matérias jornalísticas e publicitárias do sindicato. Fiscal de receitas aposentada, participou do documentário e de sua peça publicitária, e recentemente posou como esportista na campanha do 5° Encontro de Aposentados. As constantes aparições de Marinete são resultado de seu engajamento político e assiduidade sindical. "Eu me sinto muito útil e muito honrada por ser sempre lembrada, convidada. Gosto de estar em atividade, atuando, e participo de tudo", afirma.

Marias, Josés, Raimundos, tantos nomes e rostos, tantas mãos, trabalhadores que fazem a luta política e sindical de uma categoria cada vez mais unida. E que, valorizando-se, valorizam-nos. "Um sindicato forte tem que ter a cara de seu filiado, fazê-lo protagonista de sua história. Nós vamos aprofundar ainda mais essa política na nova gestão", afirma o novo presidente Antônio Catete.

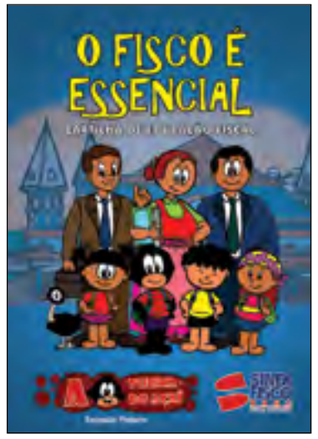
GRAVAÇÃO Rubens e Pantoja interpretam tema do documentário

LIVRO Neto autografa o "Manual do ICMS". Sindicato deu apoio.

Aula de educação fiscal

Sindifisco lança cartilha e DVD com a Turma do Açaí e vai ofertá-los a escolas e entidades

O Sindifisco-Pará lançou em maio de 2014 mais uma ferramenta de diálogo entre os servidores de carreiras de administração tributária e a sociedade. Desta vez, um produto didático idealizado para educação fiscal, a cartilha educacional "Fisco é essencial".



Valendo-se do vocabulário regional, a cartilha é protagonizada pela Turma do Açaí, uma criação do artista paraense Rosinaldo Pinheiro. Uma animação em DVD acompanha a cartilha como um recurso multimídia de apoio ao aprendizado.

Cartilha e DVD serão distribuídos gratuitamente a escolas públicas e organizações comunitárias. O objetivo é contribuir para a consciência de que todo cidadão é um contribuinte com direitos e deveres.

"Perceber-se como contribuinte é mais importante do que se perceber como eleitor. É ter noção de que o contribuinte sustenta o Estado e é o dono real da coisa pública. Assim o sindicato dá sua contribuição para esse desafio enorme de criar uma consciência de cidadania fiscal", observa Charles Alcantara, presidente do Sindifisco.

SINDIFISCO PARÁ Fisco, essencial — FILIADO A

Presidente
Charles Alcantara

Vice-Presidente
Rosana Carvalho da Silva Pereira

Diretor Administrativo
Raimundo Nonato Santos Pegado

Diretor Financeiro
Reinaldo de Oliveira Martins

Diretor Jurídico
Marcia Cristina de Pinho Couto

Diretor de Comunicação e Relações Intersindicais
Luiz Otávio Costa de Moraes

Diretor de Aposentados e Pensionistas
Mariza Mendes

Suplentes
Maria do Rosário Arrais Almeida
Valdete Serra da Cruz
Djalma Tadeu Corrêa Pantoja
Rivânia Raquel Mariano Porto
Marcos Antônio Cardoso Lobato

Conselho Fiscal / titular
Emanoel Medeiros de Miranda
José Braz Brito Ramalho
Valter de Almeida Leite

Conselho Fiscal / suplente
Humberto Carlos da Costa Barros
José Ângelo Martins Alho
Hélcio Luiz Vasconcelos de Oliveira

Internet
www.sindifisco-pa.org.br
sindifisco@sindifisco-pa.org.br

REVISTA DO SINDIFISCO
Edição especial - Maio 2014

Edição
Iran de Souza (Intercom Comunicação)

Reportagens
Euclides Farias, Iran de Souza e Roberta Brandão

Fotos
Roberta Brandão, Renata Aguiar e Aldridge Neto

Revisão
Euclides Farias

Projeto Gráfico
Sergio Bastos

Impressão
Gráfica Supercores

Lutas sociais são priorizadas

Roberta Brandão

EDUCAÇÃO FISCAL Sindifisco distribuiu kits na Feira do Livro

A interação entre o Sindifisco e a sociedade paraense se aprofundou muito nos últimos anos. Para isso, o sindicato aproveitou oportunidades como o Dia Nacional de Respeito ao Contribuinte, em 2011, quando os diretores da entidade foram às ruas explicar a importância de ser contribuinte.

O Sindifisco marcou presença na Feira Pan-Amazônica do Livro distribuindo kits de educação fiscal, integrou o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração e coordenou o lançamento de documentário sobre a exploração mineral. Também participou da construção do "Fórum Fisco" e apoiou greves e mobilizações.

O novo presidente Antônio Catete pretende aprofundar ainda mais a participação do Sindifisco nas lutas sociais. "Precisamos amadurecer o entendimento dessas questões na categoria para que essa interação seja sempre uma ideia abraçada por todos os nossos colegas", observa.

Contribuo, logo exijo.
Exijo respeito!
25 de maio. Dia Nacional
do Respeito ao Contribuinte.
SINDIFISCO
PARÁ
Fisco, essencial
Filiado à
FENAFISCO